

Ideias base para Intervenção no Seminário sobre Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho

A - Patrocínio Oficioso dos Trabalhadores pelo MP

Teve a origem histórica no antigo regime – num quadro de restrições aos direitos de organização e às liberdades políticas

Desde a origem assumiu um carácter e a aparência paternalista (embora com aspetos genuínos de proteção jurídica) – revelando-se também sintomático do reconhecimento do conteúdo de submissão jurídica que está no núcleo do contrato de trabalho.

Nessa época, a submissão jurídica revestia também um carácter de submissão política, sob a máscara de proteção paternalista, que aliás era um conteúdo ideológico significativo no regime anterior

A sua persistência após a revolução e veio a revelar-se como um instrumento muito positivo para a proteção legal da parte mais fraca no contrato de trabalho.

Papel positivo por ser uma das **portas abertas** do sistema judiciário para a proteção legal dos trabalhadores.

B – O Assédio Moral e Sexual. Situação de Urgência

A prática da porta aberta para os trabalhadores, sem delonga, pelo MP permite detetar situações de urgência;:

A merecerem por exemplo intervenção imediata das autoridades públicas e administrativas – (defendendo-se a utilidade nessas circunstâncias das declarações formais imediatas para fundamentar as iniciativas)

Ou permitindo a deteção de, por exemplo, proximidade de prescrição de direitos (para permitir a elaboração da PI ou outras peças processuais em tempo útil.

Ou dando a possibilidade de cumprimento em tempo útil de faculdades formais com prazos curtos - (revogação de acordos, justificações de faltas, denúncia e resolução de contratos, etc.)

Ou facilitando a tomada de medidas de obtenção de prova ou sua preservação

Ou permitindo a recolha de elementos de facto significativos ainda frescos, quando tal se mostre necessário ou mesmo decisivo para a avaliação da situação

Assim como facultando a recolha de elementos – situação económica, disponibilidade negocial, etc. – sobre a entidade patronal, que permitam avaliar da iniciativa prática a adotar.

O primeiro contacto é ainda fundamental para informar das questões jurídicas centrais que emergem concretamente e imediatamente do conflito. Criando designadamente a

possibilidade de delimitar tais questões e de prestar uma informação aos interessados, o que coloca estes em posição muito mais favorável para buscarem e se disporem a uma solução negociada do conflito, ou uma solução mediada.

C – Os paradoxos na prática da administração da justiça

Legislação interminável, códigos, regulação minuciosa não significam necessariamente mais direito ou melhor direito

Jurisprudência labiríntica, palavrosa também não significa mais direito ou melhor direito

A história do contrato de trabalho, após o 25 de Abril, foi a de consolidação de direitos dos trabalhadores, designadamente na Constituição, embora com um âmbito de aplicação limitada, de que sempre estiveram excluídos muitos sectores sociais, a que se seguiu um lento processo de degradação dos direitos jurídicos então alcançados.

Este processo foi simultâneo de melhorias em alguns setores e também coetâneo de desenvolvimentos na edificação do estado social (saúde, segurança social etc.) embora com hesitações e retrocessos.

Tratou-se de um processo nem sempre claro – (normalmente sob a cosmética de progresso) em que se destacam designadamente os seguintes aspetos.:

Introdução da Legislação dos Contratos a Termo e depois dos Contratos de trabalho temporário, que progressivamente passaram a ter uma utilização massiva

A redução das capacidades do sistema de controle – caso da Inspeção do Trabalho – ou pelo menos a manutenção em níveis limitados da sua capacidade.

Proliferação da anarquia produtiva (economia informal)

Esta dinâmica foi posteriormente agravada com a crise económica e o seu aprofundamento, em particular com o forte aumento do desemprego.

Com a criação do Código do Trabalho, foram diretamente prescritas reduções de garantias e direitos (na indemnização por despedimento, no horário de trabalho etc.)

Mas tendo-se persistido na cosmética formal da sua consolidação – abrindo embora caminho a perversões essenciais da relação laboral e até da vida social – (centradas sobretudo em torno do contrato a termo e do trabalho temporário)

Perversões ainda na generalização do fenómeno da simulação - (falsificação de documentos) - como prática sistemática, designadamente nas justificações do termo nos contratos, ou para ocultar rendimentos reais, nos recibos etc.

Com efeito, tornou-se numa prática vulgar o facto de os trabalhadores só conseguirem trabalho se aceitassem subscrever documentos falsos, ilicitude não apenas civil, mas até de carácter criminal em muitos casos

Originando essa prática um abuso sistemático no mecanismo de subordinação jurídica – abuso sobre a dignidade pessoal do trabalhador - instrumento de chantagem moral, de

humilhação.

Constituiu-se pois uma insidiosa forma de decadência do direito e da boa-fé nas relações quotidianas.

Observável na generalização de fenómenos como - os recibos verdes;

Com sistemático convite à fraude, designadamente fiscal - sinal também da decadência e crise da ideia de estado e de estado de direito – espalhando-se como epidemia na ideia de que a corrupção está generalizada.

Vulgarizou-se toda a espécie de engenharias de desresponsabilização social das empresas – (multiplicando também simulações sistemáticas, ocultando em prejuízo do estado e do próprio estado de direito o seu verdadeiro relacionamento económico) através de práticas como o outsourcing, o recurso abusivo a trabalho temporário e a termo, a deslocalização, a transferência de capitais para paraísos fiscais etc

Este processo de diluição da responsabilidades e mesmo de desresponsabilização social atingiu níveis graves, sobretudo em matérias como a segurança no trabalho, a prevenção de acidentes, os despedimentos injustificados, a paralisia da atividade económica

Por fim assinale-se que este processo teve correspondência direta na produção legislativa, ao multiplicar os mecanismos de fragmentação da responsabilidade das empresas, convertendo a própria ideia de responsabilidade, isto é, a ideia de Direito, numa espécie de labirinto inextricável.

Pena dos Reis